

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA EM CONTEXTO DE PANDEMIA

Antônia Lucivânia da Silva

E.E.M José Alves de Figueiredo-SEDUC-CE

luciteixeiracrato@hotmail.com

Paula Cristiane de Lyra Santos

Universidade Regional do Cariri-URCA

paulalyrasantos@gmail.com

1: A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO NA ESCOLA

As reflexões presentes neste artigo advêm de nossas experiências com o ensino remoto em contexto pandêmico de COVID-19, enquanto docente da disciplina de História na Escola de Ensino Médio José Alves de Figueiredo, da rede pública de ensino do Estado do Ceará, e da disciplina de Estágio Supervisionado da Universidade Regional do Cariri, ambas as instituições situadas na cidade de Crato-CE, pelo fato de que as professoras que aqui refletem, serem atuantes nestes espaços de formação, e cooperarem há pelo menos cinco anos, nesta prática de formação inicial de professores de História.

Diante da necessidade de realizar o ensino remotamente, e a prática do Estágio Supervisionado da mesma forma, não poderíamos deixar de lembrar da colocação do poeta espanhol Antonio Machado de que “caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar”. Para nós que sempre gostamos de inventar e inovar a nossa prática docente, esta memória poética afetiva deveria ser positiva, mas infelizmente estes tempos recentes nos levam a ressignificar até nossas afetividades.

Na Escola José Alves de Figueiredo o ensino remoto teve início a partir do mês de março de 2020 inicialmente decretado o fechamento das escolas por período de 15

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dias. Nesse ínterim, os docentes enviariam atividades ou outros tipos de materiais educativos por meio do WhatsApp, o que de imediato não foi visto como um problema, pois todas as turmas de primeiro e terceiro ano estavam contempladas com o Projeto Diretor de Turma¹, e, portanto, cada diretor ou diretora de turma, já havia criado um grupo de WhatsApp para sua turma com fins educativos.

Quanto às turmas de segundo ano, que por questões de cortes de gastos, não usufruíam desse projeto, a escola solicitou o apoio dos professores que não estavam atuando como diretores de turmas, para serem diretores voluntários. Ou seja, iriam exercer as funções de diretores de forma colaborativa, o que na prática significa exercer um serviço a mais sem ser remunerado por tal função, gerando uma sobrecarga de trabalho que se estende até o presente momento.

Na Universidade Regional do Cariri, e no Curso de História, instituição que também faz parte da rede pública de ensino do Estado do Ceará, a suspensão presencial das atividades didáticas se deu também no mês de março de 2020. Inicialmente as atividades ligadas as disciplinas práticas de formação docente foram suspensas. Apesar de que disciplina com conteúdo teórico, pudessem continuar a ser ministradas de forma remota. As disciplinas com parte prática só foram autorizadas a voltar depois de regulamentação própria o que se deu em agosto de 2020, ou seja cinco meses após o início da suspensão das atividades presenciais.

Em março de 2020, ninguém estava de fato ciente da gravidade do problema, e do longo período de tempo que seria necessário para que se tivesse uma situação segura para o retorno presencial, apesar de que como veremos aqui os professores e os outros membros da comunidade escolar nunca pararam de trabalhar, mas apenas estão desempenhando suas atividades de forma remota. E no momento apesar de que governos estaduais e suas secretarias de educação venham liberando o retorno presencial, a categoria dos professores, principalmente os das instituições públicas resistem, e se organizam para o retorno à normalidade apenas após a imunização da população no geral.

¹ O Projeto Professor Diretor de Turma está vigente no Estado do Ceará desde o ano de 2008. Cada turma tem um docente responsável, que ministra sua disciplina específica, mais uma aula de cidadania e tem algum tempo disponível, atualmente 3 horas aulas, para fazer todo o acompanhamento da turma, mediar conflitos, atender às necessidades da turma, fazer contato com as famílias, acompanhar desempenho dos estudantes. Exerce diversas funções visando ao bom desempenho da turma.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Voltando ao contexto inicial da pandemia, e de como as práticas educativas foram adaptadas, na Escola José Alves de Figueiredo, os materiais eram enviados para o WhatsApp dos diretores de turmas, e estes, postavam no grupo da turma, sendo os alunos orientados a estudar o material, fazer atividades que seriam entregues aos professores na ocasião do retorno presencial, situação que no decorrer de duas semanas se mostrou impossível de ser concretizada, visto o agravamento da pandemia, que forçou a prorrogação dos decretos de fechamento das escolas.

Nos demos conta de que a situação ficaria difícil. Como ministrar as aulas? Como ministrar os conteúdos? Como ter devolutiva dos alunos? Nossa referência de ensino era o presencial. Não tínhamos experiência sobre formas educativas mediadas por meios tecnológicos, digitais, embora fizéssemos uso de algumas dessas tecnologias em sala de aula, ou para planejamento de aulas. Tais conhecimentos eram insuficientes para a nova demanda.

De forma rápida e emergencial passamos a utilizar as plataformas google classroom, google meet e o aplicativo de troca de mensagens WhatsApp, o que gerou diversas tensões no processo de implementação desse sistema, que era novo para nós, e para os alunos. Momentos de muita ansiedade, posto que o cronograma de aula deveria ser cumprido e não sabíamos utilizar a plataforma nem nos foi oferecida uma formação em tempo hábil². Formamo-nos, de modo individual, mediante busca de tutoriais no Youtube, e no coletivo, através das trocas de saberes, socialização de materiais no grupo de professores, áudios explicativos, tutoriais feito pelos professores que já estavam compreendendo melhor o sistema.

Diversos problemas de acesso foram verificados, principalmente da parte dos estudantes, que apesar de muito se dizer que os jovens são nativos digitais, a realidade tem contrariado essa perspectiva. O conceito nativo digital não dá conta da realidade de muitos jovens brasileiros, e acaba escamoteando a dura realidade de segregação tecnológica, passando uma visão equivocada de que todos os jovens estão inseridos no mundo das conexões, com equipamentos de última geração e que saberiam lidar

²Foi ofertado em formato virtual um curso de competências digitais para os professores no segundo semestre de 2020. Todavia, boa parte do conteúdo do curso os docentes já haviam aprendido no primeiro semestre do ano letivo por conta própria por meio de busca de tutoriais no Youtube, encontrando diversos vídeos criados por vários docentes de diversas regiões do Brasil, que viram a necessidade de compartilhar seus saberes com outros professores nesse período de pandemia e ensino remoto.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

naturalmente com as tecnologias para diversos fins. Ofusca as desigualdades sociais que impedem que muitos tenham acesso ao mínimo de tecnologia.

É verdade que nossos adolescentes têm fascínio pela internet, redes sociais, mas a maioria faz uso dela para fins de lazer e não com finalidades educativas, tendo sido identificadas inúmeras dificuldades no uso educativo, até mesmo para realização de pesquisas elementares ou realização de inscrições em cursos, vestibular, ENEM. Com o advento da pandemia, esse problema ganhou maior dimensão tendo em vista que essa tecnologia tornou-se o meio através do qual o ensino passou a acontecer, acarretando uma série de prejuízos e evidenciando problemas que todos de alguma forma sabiam existir, mas que estavam naturalizados, e continuam sendo, embora estejam mais evidentes.

A disruptividade provocada pela pandemia do Coronavírus evidenciou, destacadamente, para países que apresentam percentuais significativos de pobreza e desigualdade social acirrada, como o Brasil, as barreiras físicas, culturais, econômicas e tecnológicas que estruturam a sociedade, dando visibilidade àqueles que eram considerados invisíveis e muitas vezes esquecidos. Essa parcela da população vem sendo muito afetada especialmente no que se refere às questões relacionadas a sobrevivência durante esse período. Para essa população muitas vezes, a educação não é uma prioridade, sobretudo neste momento. (ALVES, 2020, p. 357).

Apenas como ilustração das questões materiais que estão envolvidas nesta questão da juventude nativa digital, podemos indicar aqui após uma rápida busca no google sobre o tópico os melhores smartphones de 2021, alguns modelos e seus relativos preços: Galaxi S20 Ultra a partir de 6.300 reais; Galaxy Note 20 Ultra 5G a partir de 5.499 reais; Galaxy Note 20 a partir de 4.700 reais; Galaxy Note 10 Plus 5G a partir de 4.599 reais. Salário mínimo atual 1.100 reais. A taxa de desemprego para o primeiro trimestre do ano de 2021 foi de 14,7%. O número representa 14,8 milhões de pessoas segundo o próprio IBGE.

A necessidade de adotar estas novas estratégias e métodos de ensino nos causou preocupações, embora não tenha sido surpresa para nós, uma vez que conhecemos a realidade de nossos alunos e saibamos que nem todos teriam capacidade material para arcar com esse modelo de ensino emergencial. Porque mesmo que o alunado tenha acesso ao equipamento para realizar a conexão com a escola, o acesso à internet com um mínimo de qualidade não faz parte da realidade da maioria de nossos estudantes. Muitos utilizam dados móveis, o que não suporta a demanda escolar. O censo comum

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diz que todo aluno tem aparelho celular e acesso à internet. A situação vivenciada nos afirma que muitos não dispõem de um aparelho celular, tampouco de internet, notebook ou computador, e muitas vezes os que possuem precisam compartilhar um mesmo aparelho com outras pessoas de sua residência.

Um novo aspecto que veio a se agregar ao estado de coisas já apresentado é que diante da não realização do ensino presencial, foi constatado que parte dos alunos passaram a trabalhar no horário em que estavam matriculados nas instituições de ensino, dificultando ainda mais o acompanhamento das aulas remotas. A precariedade material dos estudantes e suas famílias também contribuiu para que, como destaca Alves (2020), a educação fosse posta em segundo plano, pois parte dos alunos passam a priorizar o emprego, ainda que mal remunerado e precarizado.

Ao longo de 2020, na educação básica, deu-se intensa luta para convencer os alunos a acessar a plataforma, e grandes esforços para ensinar os estudantes a acessar os materiais, aprender a lidar com o google classroom. As tentativas de fazer contato com os estudantes que perderam totalmente o vínculo com a escola, por meio de telefone persistiram e persistem até o presente. Buscas ativas se fizeram necessárias, porém nem sempre sendo possível identificar o paradeiro de alguns, que já se encontravam residindo em outras cidades ou estados. Com o índice de desemprego, dificuldades de pagar aluguel, alguns não residiam mais nos endereços que estavam registrados em suas pastas escolares.

Diante de todas as dificuldades e diferentes demandas, durante quase todo o ano de 2020, além da google classroom e meet, permaneceu o envio de material por Whats App para alunos que não dispunham de internet e aparelho tecnológico, ou que tinham grande resistência em utilizar a plataforma. Resistência essa advinda da inabilidade para lidar com esse sistema, apesar de todas as tentativas de diretores de turma e da coordenação em dar apoio técnico. Toda essa situação levou alunos à exaustão e a casos de desistências por não conseguir acompanhar, por estarem frustrados com o excesso de tentativas de acesso fracassado, bem como por não se adaptar ao novo modelo.

No ensino superior também se constata evasão. Como a instituição tem maior autonomia administrativa para adequar o sistema de controle acadêmico, foi possível criar uma série de possibilidades para os alunos que não tiveram acesso ao sistema

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

remoto de ensino. Trancamento das disciplinas a qualquer momento do semestre letivo foi uma das estratégias adotadas. A não reprovação por faltas nas atividades síncronas e a indicação que o professor realizasse planos de trabalhos mais individualizados para cada caso em questão foi outra. Mas a busca de enfrentamento das questões materiais que impediam a participação dos alunos foi muito precária e basicamente não alterou o quadro de dificuldades.

2: O ENSINO E A APRENDIZAGEM NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Nesse formato improvisado de ensino, as relações entre professores e alunos, tão essenciais no processo de ensino e aprendizagem se tornaram menos possíveis, dificultando a compreensão dos conteúdos curriculares. “A docência nos tempos de pandemia é uma docência exausta, ansiosa e preocupada. Que quer acertar, mas que avança no meio da incerteza e da adversidade – e que não tem a menor ideia do caminho” (SARAIVA, TRAVERSINI, LOCKMANN, 2020, p. 17).

Apesar da disponibilidade dos professores via WhatsApp, encontros pelo meet, possibilidade de comunicação pelo classroom e envio de aulas gravadas, os alunos têm sentido mais dificuldade em compreender, dificuldade em organizar sua rotina de estudos em casa, mesmo quando dispõe de equipamentos e internet. A devolutiva dos alunos com relação ao acesso aos materiais na plataforma e resolução de atividades tem sido ínfima, bem como a presença nas aulas online via meet ficam extremamente aquém do esperado, mesmo com todo o acompanhamento dos diretores de turma no caso do ensino básico, sempre instigando e cobrando o acesso dos alunos.

As dificuldades vivenciadas no presente contexto nos levam a refletir sobre o excesso de entusiasmo com a tecnologia. Da visão exacerbada de que a tecnologia resolverá todos os problemas da educação, sendo possível adotar metodologias ativas, salas de aula invertida, criar situações em que os alunos sejam co-criadores, que façam trabalhos autorais. Para que essas situações imaginadas possam de fato se concretizar se faz necessária a inclusão digital de discentes e docentes e processos contínuos de formações voltadas para esses fins.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O simples acesso à internet, smartphones ou outro aparelho tecnológico não garante transformações significativas. Sem as condições necessárias, o que pode haver é um aumento da exclusão e naturalização das desigualdades ou uma reprodução do que o ensino tradicional tem de mais negativo, agora feito por intermédio da tecnologia. “A educação remota tem fortalecido mecanismos disciplinares. Outro elemento que reforça a ideia de que a educação remota está orientada por princípios disciplinares é a ênfase dada à questão dos conteúdos” (SARAIVA, TRAVERSINI, LOCKMANN, 2020, p. 8).

O fato de estar utilizando meios tecnológicos não significa que houve inovação, mudanças de perspectiva, mas podemos estar sendo mais focados nos conteúdos disciplinares, visto que no presencial se tornava mais fácil algum tipo de interação, enquanto que nas aulas online, ou pelo envio de material se torna mais difícil, e exige mais conhecimentos técnicos por parte de alunos e professores para promover algo mais interativo.

O ensino remoto, quando desenvolvido por profissional pouco hábil e/ou com formação inábil, pode ser tão prejudicial e degradante quanto uma aula presencial em que o profissional docente não possui um planejamento prévio, ampliando principalmente as possibilidades para o desenvolvimento do cyberbullying, o qual se desloca e atinge alunos e professores, considerando o baixo poder de controle do corpo docente em aulas remotas. (RIBEIRO JÚNIOR, et al, 2020, p. 113).

Uma das questões levantadas por Ribeiro Júnior (2020), e que parecem não ter sido tão levadas em conta pelo sistema educacional é essa questão ética, com relação à exposição de docentes e discentes. Tão necessário quanto o conteúdo específico de cada disciplina é trabalhar as questões de privacidade, da ética, do respeito à imagem e o cyberbullying, que fica mais difícil de ter um controle nesse formato de aula.

Questões como essas, de exposição da imagem de professores e alunos, e do conteúdo da aula extrapolar os antigos limites do espaço escolar, uma vez que agora a sala de aula é algo mais amplo, mais elástico, que começa na casa do docente e se propaga por um espaço virtual, se expandindo a outros espaços físicos, que são as residências dos alunos, tem preocupado os docentes, pois estes podem ficar mais expostos.

Em contexto de propagação de ideologias de extrema-direita, as quais veem os professores como perigosos inimigos, e com a fácil possibilidade de qualquer pessoa que estiver assistindo poder gravar a aula com seu próprio aparelho, se torna maior a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

possibilidade da manipulação de recortes das aulas, para divulgação com finalidades diversas e não educativas. Isso foi uma das questões que gerou muita insegurança nos docentes principalmente no início do ensino remoto emergencial.

Vale destacar ainda que “a responsabilização dos professores tende a fortalecer a intensificação e a autointensificação do trabalho aumentando a exaustão docente” (SARAIVA, TRAVERSINI, LOCKMANN, 2020, p. 18), numa rotina infinita, demandando mais tempo no preparo de materiais, como as gravações de aulas. Uma rotina de trabalho que se mistura com a vida privada, se perdendo assim as fronteiras entre o espaço privado, e o novo espaço do trabalho, e entre o que é tempo destinado a rotina particular com o tempo do trabalho.

É verdade que a exaustão também se aplica aos alunos e seus familiares, que não tem sabido lidar com essa mistura de espaço privado, com espaço do estudo e muitas vezes do trabalho, que agora acontecem no mesmo espaço físico. Tamanha pressão tem levado alunos a romper contatos com a escola, saindo do grupo de WhatsApp e bloqueando os professores para que não sejam cobrados pelo não cumprimento das atividades.

E por fim, não poderíamos deixar de destacar a intensificação da exclusão de estudantes com dificuldades e necessidades especiais. “Aos professores ainda lhe falta condições de propiciar a todos os alunos uma educação pautada nos princípios da inclusão e do respeito às diferenças” (OLIVEIRA, SILVA, SILVA, 2020, p. 33), seja por alguma carência na formação inicial e principalmente na formação continuada.

Em aulas presenciais já havia imensa dificuldade em encontrar meios para melhor garantir aprendizagem de discentes com necessidades educacionais especiais. Com o ensino remoto, tem se constatado uma evasão proporcionalmente maior desses alunos, que por não terem o acesso à tecnologia apropriada, ou por não conseguir acessar devido à limitação de entendimento individual ou familiar, acabam nunca participando de atividades, por exemplo, disponibilizadas nas plataformas digitais como o google meet.

Nesses casos específicos, como também na situação de alunos que não tenham nenhuma possibilidade de acesso remoto, por não dispor de internet e equipamentos, recebem um material impresso, bastante reduzido, não apenas por uma questão de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

economia de material escolar, mas para não os sobrecarregar e gerar evasão. Todavia, no caso dos alunos com dificuldades de aprendizagem, estes dificilmente dão retorno das atividades, pois não compreendem os conteúdos por não dispor de acompanhamento especializado.

Como exemplo, podemos apresentar um caso bem complexo que trata de um aluno surdo, que não é alfabetizado na língua portuguesa, nem em libras, e não tem acesso à internet e aparelho celular, que pode ser tomado como paradigmático para a situação de alunos com necessidades especiais por todo o Brasil. Segundo informação do intérprete, consegue fazer leitura labial, mas como fazer se não estamos presenciais nem tem acesso às aulas online?

Diante desse caso, em acordo com a escola, o intérprete iria periodicamente à residência do estudante para tentar repassar as informações básicas de cada disciplina a partir de um material preparado por cada professor específico para este estudante. Porém, desde meados do primeiro bimestre o contrato do intérprete foi rescindido e não houve nova contratação.

Ainda, há uma celebração desse momento como uma oportunidade de inovação nos modelos de ensino e um afastamento daqueles denominados de tradicionais. Entretanto, nossas análises constaram ainda que a migração das atividades escolares vem manter ou até aprofundar os processos de exclusão, seja de acesso à rede, seja de condição de realização das atividades nas casas dos estudantes e até de sobrevivência, como alimentação. (SARAIVA, TRAVERSINI, LOCKMANN, 2020, p.18).

A presente análise aqui realizada apesar de parecer pessimista, não desconhece que diante de todas as necessidades humanas, o direito à vida é o primeiro que precisa ser defendido e, portanto, não pode compactuar com um retorno apressado às atividades escolares presenciais sem que se garanta uma segurança sanitária real para toda comunidade escolar. Ou seja, um protocolo de segurança que para professores, e suas associações de classe, passa pelo menos pela vacinação da maioria da população, e não apenas de grupos prioritários. Como já citado acima, quanto a atual postura ideológica de grupos políticos que propagam uma ideologia de desvalorização da educação no geral, a não valorização da vida do professor, também é um dos aspectos dessa atual perseguição à categoria profissional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Entre os diversos desafios que se apresentam pelos transtornos provocados não só pela pandemia, mas pelas imensas desigualdades sociais e de renda que assolam a maioria da população no Brasil, o processo de formação de professores foi também afetado. Em março de 2020, a articulação entre escola e universidade já havia sido acertada para o então semestre letivo.

No caso da Escola de Ensino Médio José Alves de Figueiredo, localizada na cidade do Crato, contávamos com três estagiárias na disciplina de História, que tiveram suas experiências suspensas por determinado período, impedindo que práticas pedagógicas já planejadas, fossem concretizadas, depois dando continuidade de forma remota, o que certamente provocou um impacto, pois “não há comparação entre a prática do estágio presencial daquela mediada por tecnologias digitais” (CIGALES, SOUZA, 2021, p. 307).

Os estagiários da URCA, tiveram que se adaptar ao ensino remoto, o que foi bastante difícil, pois nem estes nem nós docentes supervisores, tínhamos referenciais. Não sabíamos por onde começar, nem o que funcionava ou não, ou como deveríamos conduzir esse processo de ensino aprendizagem. O contato dos estagiários com os alunos da educação básica foi interrompido, passando a se dar de forma virtual por meio do envio de materiais.

Já no segundo semestre do ano de 2020, e primeiro semestre de 2021, já foi possível inserir os alunos da disciplina de estágio no processo de formação junto à escola, podendo-se assim se ter alguma noção de como o ensino estava sendo realizado. Porém, não tiveram nenhum contato presencial seja com discentes, ou com docentes da universidade, e da educação básica, o que irá lhes fazer falta posteriormente, pois a realidade de uma sala de aula presencial é totalmente diferente da virtual. As experiências não são as mesmas. As relações e as tensões de sala de aula são outras e terão que enfrentar sozinhos e pela primeira vez, quando assumirem uma sala de aula de forma presencial.

O processo de adaptação poderá ser mais doloroso. Das experiências com o ensino mediado pela tecnologia o que se poderão levar para a sala presencial? Até

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mesmo os materiais preparados para as aulas remotas, embora o conhecimento seja útil para o presencial, a receptividade será outra em um contexto pós-pandêmico.

Do ponto de vista da abertura para a diversidade, em relação as instituições escolares isto sempre foi um componente a ser levado em conta no momento de realização dos estágios supervisionados. A diversidade vai desde a modalidade adotada pela instituição escolar, se é escola regular, escola de tempo integral, escola profissionalizante, até ao próprio perfil do professor que aceita a supervisão. Este aspecto não desapareceu no estágio em situação de ensino remoto. Alguns graduandos tiveram experiências bem tranquilas em instituições escolares com quase a presença maciça dos estudantes do ensino médio no sistema online, até outros que apenas ficaram produzindo materiais para ser encaminhado pelos professores regentes.

Antes da pandemia uma questão fundamental a ser considerada era o acesso dos alunos do curso de História da URCA ao ambiente escolar. O espaço físico tinha que estar localizado em um local que o discente tivesse facilidade de acesso, até porque os mesmos têm que arcar com os custos da locomoção. Como a URCA é uma instituição que atende alunos de diversos municípios e estados, esta é uma das variáveis do processo de realização dos estágios supervisionados.

Mas no novo contexto, com a reflexão crítica, foi possível, em relação a este aspecto acima indicado, criar uma interação mais abrangente entre professores regentes e alunos estagiários. Passou-se a priorizar a escolha de campo de estágio a partir de um critério de interesse de temática de pesquisa. Na busca da formação do professor-pesquisador, se fez levantamento das temáticas desenvolvidas pelos alunos da URCA em seus TCC de conclusão de curso, e se tentou casar com o campo de pesquisa dos professores egressos do Mestrado Profissional em Ensino de História da mesma instituição. Assim foi possível uma nova modalidade de campo de estágio, onde as atividades planejadas pelos professores supervisores, e os alunos estagiários levassem em conta temáticas pesquisadas pelos mesmos. Vale a pena ressaltar aqui que isto só foi possível porque a distância espacial foi suprimida pelas atividades via plataformas e redes de computadores.

Muito se fala de forma entusiástica sobre as mudanças que o uso da tecnologia trará para o ensino pós pandemia, mas ao que nos parece, ainda que parte do que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aprendemos nesse período possa ser utilizado posteriormente, as aulas serão presenciais, portanto, exigindo outros saberes.

Nesse sentido, a prática do estágio de forma presencial nas escolas é insubstituível, ainda que tenhamos que considerar que a concepção de estágio deve ser ampliada, englobando outras experiências como esta dedicada a pensar a educação mediada por tecnologias. (CIGALES, SOUZA, 2021, p. 307).

A falta da regência presencial poderá gerar mais insegurança no início da docência presencial desses estagiários. Em parte, é como se o estágio tivesse sido um “não estágio”, pois atuaram em um formato e irão futuramente lecionar em outro muito diferente. Por outro lado, certamente poderão levar algumas experiências da docência remota para enriquecer o ensino presencial.

Para Frigério e Luigi (2020), “a permissão de se realizar o estágio e as práticas de forma remota não substitui as vivências que se dão na escola, campo de atuação, pesquisa e prática do futuro professor” (FRIGÉRIO, LUIGI, 2020, p. 134). Como sanar essa falha? Como preencher esse vazio da formação inicial provocada pela pandemia e pela decisão política de que a educação não pode parar, devendo funcionar mesmo que de forma precária e mais excludente do que antes?

O mesmo pode-se pensar dos estudantes da educação básica. “Os sistemas educacionais têm um grande desafio no pós-pandemia: o de reparar as perdas acarretadas pelo ensino remoto” (CUNHA, SILVA, SILVA, 2020, p. 36). Mas que estratégias adotarão para esse fim, sem ter que sobrecarregar mais ainda os docentes exaustos das demandas do ensino remoto e sem precarizar ainda mais o trabalho docente? Qual o tamanho do prejuízo intelectual que acarretará em sua formação? Serão criadas estratégias no pós pandemia para tentar amenizar esses impactos? Mais difícil ainda saber quais seriam os impactos se a educação tivesse parado. A única certeza que se tem é da impossibilidade do ensino presencial em um momento em que o número de vítimas da COVID-19 é extremamente elevado.

Podemos destacar outra carência na formação desses professores de História, que é não ter tido de forma presencial o contato com o corpo docente da educação básica, que também faz parte da formação da identidade do ser professor. A formação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não se faz somente por meio do estudo teórico, escrita de textos e contato com os alunos. Se dá também nas vivências com outros professores.

O papel formativo das experiências trocadas durante as conversas de professores na escola foi trabalhado por Azevedo (2004), mostrando que nos momentos de conversa os detalhes do cotidiano aparecem como possibilidades do docente se autocompreender enquanto professor. Ao ouvir o outro e a si mesmo, ele aprende com suas ações e com as do outro, permitindo que os saberes do cotidiano fluam impulsionando trocas de saberes. (FRIGÉRIO, LUIGI, 2020, p. 135).

Formamo-nos na coletividade. Nosso contato com outros docentes gera conhecimento. As interações pelo universo digital são superficiais demais e extremamente cansativas, impossibilitando um maior conhecimento sobre o cotidiano escolar. Para além dessas questões de vivências, há que se levar em conta que os mesmos fatores que tem dificultado a vida acadêmica dos estudantes da educação básica, também afeta parte dos alunos da licenciatura.

Questões como acesso à internet, equipamentos técnicos adequados, desemprego, sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções em tempos de pandemia, ou mesmo a não disponibilidade de espaços adequados ao estudo em suas residências, principalmente para os que têm filhos pequenos em idade escolar, ou fazem parte de famílias com muitos membros que demandam equipamento e acesso todos ao mesmo tempo, não podem deixar de ser avaliadas no momento de se planejar as atividades da formação dos estagiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme bibliografia consultada, a análise da situação da Escola José Aves de Figueiredo no ensino da disciplina de História, e da Universidade Regional do Cariri, relativo a formação de professores na disciplina de Estágio, aqui apresentada, não é totalmente diferente das demais escolas públicas de outros estados brasileiros, no que se refere às formas de desenvolvimento do ensino remoto emergencial, e os problemas enfrentados para desenvolver suas atividades. As desigualdades sociais vêm impossibilitando que o ensino atinja a todos os alunos de forma satisfatória. Os problemas enfrentados pelos docentes também são bastante semelhantes, tendo que se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

adaptar de forma abrupta ao uso das tecnologias, e arcar sozinho com os custos dos equipamentos, energia e internet.

As dificuldades dos alunos em lidar com essa forma de ensino se dá em grande medida por não dispor de condições materiais, estruturais e conhecimento técnico para lidar com as tecnologias no campo da aprendizagem. As práticas de estágios têm sido dificultadas, pois diante de tantas demandas, problemas e inseguranças, tem sido mais difícil para os licenciandos encontrarem escolas disponíveis a aceitá-los como estagiários.

As dificuldades de acesso à internet de qualidade, é outro fator de entrave às práticas tanto de estágio como de ensino aprendizagem, visto que esse problema técnico atinge a todas essas instâncias, somando-se ainda problemas burocráticos específicos do google meet e da escola, que geram dificuldades de acesso dos estagiários às aulas online.

Mas, para não dizer que não falamos das flores, esses desafios quando enfrentados com o compromisso de proporcionar a experiência mais satisfatória possível, mesmo diante das novas barreiras que surgiram à uma educação pública de qualidade, trouxe uma possibilidade de socialmente se reavaliar o papel fundamental que o professor, a escola e a educação tem na formação das pessoas em uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v.8, n.3, p. 348 – 365, jun., 2020.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; SOUZA, Rodrigo Diego de. O Estágio Curricular Supervisionado em tempos de pandemia: um debate em construção. *Latitude Revista*, Alagoas, v.15, edição especial, p. 286-310, jan., 2021.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *Revista Com Censo*, Distrito Federal, Brasília, v, 7, n 3, p. 27-37, ago., 2020.

FRIGÉRIO, Regina Célia; LUIGI, Ricardo. Diálogos docentes: sobre ser professor e aluno em tempos de pandemia. *Giramundo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 133 - 141, jan. / jun. 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OLIVEIRA, Sidmar da Silva; SILVA, Obdália Santana Ferraz; SILVA, Marcos José de Oliveira. Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. Interfaces Científicas, Aracaju, v.10, n.1, p. 25 – 40, set., 2020.

RIBEIRO JUNIOR, Manoel Cícero; FIGUEIREDO, Luciano Silva; OLIVEIRA, Dalila Coragem Alves de; PARENTE, Márcia Percília Moura; HOLANDA, Jeisy dos Santos. Ensino remoto em tempos de covid-19: aplicações e dificuldades de acesso nos estados do Piauí e Maranhão. Boletim de conjuntura, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 106-127, 2020.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, ago., 2020.